



RESUMOS¹

DISSERTAÇÃO DEFENDIDA EM 2015/1 NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA DA UFG

Estudo das ideias de justiça no pensamento político-filosófico de Jean-Jacques Rousseau

Caius Cesar de Castro Brandão

A compreensão das origens e dos fundamentos da justiça em Jean-Jacques Rousseau requer um estudo cuidadoso sobre as diferentes noções de justiça das quais o filósofo parece se valer, particularmente, no Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens, no Emílio, ou da educação e no Contrato social – princípios do direito político. Em primeiro lugar, a nossa investigação deve identificar e delinear com maior precisão quais ideias de justiça permeiam as três obras, apontando para as diferenças e semelhanças que elas mantêm entre si. Devemos indagar também sobre as suas genealogias e teleologias. Quando for o caso, devemos buscar conhecer a sua temporalidade e extensão, mas, em todos os casos, nos esforçaremos para compreender os seus modos e condições de existência. Uma análise sistemática dos seus elementos constitutivos contribuirá com o nosso objetivo de conhecer os seus atributos essenciais. Para realizarmos o nosso objetivo, trataremos as ideias de justiça como objetos a serem esclarecidos e lhes atribuiremos uma tipologia, com a qual sistematizaremos a nossa investigação. Em seguida, deverão ser investigadas as relações que os distintos modelos de justiça conservam entre si, e como eles compõem o todo do pensamento político-filosófico de Jean-Jacques Rousseau.

Palavras-chave: Justiça; Lei; Moralidade; Política; Ordem; Rousseau.

¹ A Equipe Editorial da Revista Inquietude convidou alunos(as) e ex-alunos(as) da Faculdade de Filosofia da Universidade Federal de Goiás (UFG) e de outras instituições a submeterem os resumos de suas monografias, pesquisas de iniciação científica e dissertações, defendidas a no período de 2014/1 a 2015/2 com vistas à publicação neste número. A par da produção acadêmica da Faculdade de Filosofia e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia no período mencionado ser bem maior, aqui são publicados apenas os resumos dos autores que atenderam ao nosso convite.

MONOGRAFIA DEFENDIDA EM 2014/1 NA FACULDADE DE FILOSOFIA DA UFG

A dimensão moral do mercado

Marcelo Rodrigues de Melo

Visto a grande importância que o mercado adquiriu em nossos tempos é interessante verificar as relações morais implícitas nas defesas ou críticas ao mercado. Essa análise se baseia nas principais linhas éticas, a consequencialista, a deontológica e a eudaimônica. Começando com o utilitarismo preferencialista, destacaremos, a defesa contingente do mercado devido a geração de mais riquezas e preservação da liberdade. Ambos os pontos ligados a felicidade geral que é o critério moral único utilitarista. Em oposição a essa posição, a segunda vertente a ser analisada será o libertarismo devido a sua relação intrínseca com o mercado. O ponto central para essa vertente se baseia em Kant para elaborar sua tese que ninguém tem o direito de usar um outro alguém sem o seu consentimento e que por isso qualquer política de tributação de renda consiste num roubo institucionalizado. A terceira vertente é o liberalismo igualitário, que assim como a anterior, se baseia em Kant, mas faz uma leitura mais elaborada. Partindo de uma concepção contratualista, que não parte do estado de natureza. Então a partir de um artifício de representação tendo por base a posição original e o véu de ignorância, elabora um processo racional e não contingente de definição de uma teoria da justiça. Especificamente em relação com o mercado o liberalismo o entende que deve haver regulação para preservar melhor a liberdade, a autonomia e lidar melhor com as contingências. A quarta vertente, o comunitarismo, se inspira em Aristóteles para defender uma concepção moral baseado em concepções substantivas de bem. Essa defesa é em parte baseada na crítica aos liberais e em parte na crítica ao mercado como corruptor de valores. O comunitarismo propõe a discussão política de valores como forma de amenizar esse problema. Por último, como uma resposta as críticas comunitarista, temos a vertente do liberalismo político, que reelabora a ideia liberal mas focada somente na política, tendo por base conceitos como razoabilidade e consenso sobreposto. Finalizamos abordando novamente o tema da corrupção de valores pelo mercado e exploramos possíveis defesas das outras vertentes.

Palavras-chave: Utilitarismo, Libertarismo, Liberalismo Igualitário, Comunitarismo, Liberalismo Político, Mercado, Corrupção, Posse de Si Mesmo, Posição Original, Véu de Ignorância, Concepção Substantiva do Bem, Conceito Sobreposto

MONOGRAFIA DEFENDIDA EM 2015/1 NA FACULDADE DE FILOSOFIA
DA UFFS

A recolocação da questão da verdade enquanto aletheia em Ser e Tempo

Douglas Schaitel

Este trabalho de conclusão de curso (TCC) busca analisar o conceito de aletheia a partir do estudo da obra *Ser e Tempo* de Martin Heidegger, a fim de inferir a problemática acerca de sua recolocação no projeto da ontologia fundamental, bem como a concepção da crítica heideggeriana ao conceito adequacionista de verdade. Para tanto, buscar-se-á demonstrar que a estruturação de uma nova ontologia proposta pelo autor não teria a necessidade da produção de um novo conceito de verdade, mas de seu tratamento mais adequado, pois trata-se de uma interrogação mais ampla enquanto um fenômeno de bases ontológico-existenciais, não apenas de um conceito proposicional lógico-semântico. Não obstante, partindo do fato de que a verdade se caracteriza como manifestação fenomenológica da questão do ser, trabalhamos primeiramente o parágrafo sétimo de *Ser e tempo*. Nessa parte, demonstramos a importância da fenomenologia enquanto método, isto é, enquanto via de acesso e modo de comprovação para se determinar o que deve constituir tema da ontologia, além de seu caráter hermenêutico, posto que a base conceitual adquirida neste momento coloca-se como condição de possibilidade da tematização das questões relativas à verdade. Em um segundo momento, expomos a noção tradicional de verdade, que Heidegger denomina como “verdade derivada”. Respectivamente, é trabalhado as ocorrências dessa teoria na *Metafísica* (livro IV), de Aristóteles, e nas *Quaestiones disputatae de veritate* (q. 1, a. 1), de Tomás de Aquino. Por fim, trabalhamos o núcleo do parágrafo 44 de *Ser e Tempo*, a fim de evidenciar como o autor se utiliza da concepção de aletheia para assinalar o modo fundamental da verdade como descoberta, e como isso caracteriza-se enquanto modo-de-ser próprio do *Dasein* e como isso implica numa consequente negação de verdades absolutas.

Palavras-chave: Verdade. Ser. fenomenologia. *Dasein*. adaequatio

ARTIGO PRODUZIDO EM INICIAÇÃO CIENTÍFICA (2014/2015) NA
FACULDADE DE FILOSOFIA DA UFRS

Compatibilismo e método dedutivo na *Ethica Eudemia*

Mariane Farias de Oliveira

O livro I da *Ethica Eudemia*, como é declarado por Aristóteles em 1217a18 (“Após essas coisas também terem sido apresentadas como preâmbulo [...]”), fornece-nos um preâmbulo à investigação, tendo como ponto culminante a passagem do capítulo 6 (1216b27-35). Tudo o que nos é apresentado tanto como prescrição quanto a própria introdução dos tópicos do tratado por meio dos endoxa é perfeitamente compreendido como uma clarificação dos endoxa é uma prova de consistência entre determinados conjuntos de crenças relevantes através dos quais podemos “filtrar” e transformar enunciados obscuros ou não-filosóficos em enunciados próprios da discussão filosófica, especialmente da filosofia moral.

No livro II, contudo, Aristóteles apresenta-nos um procedimento aparentemente diferente. Para que o filósofo defina as noções de eudaimonia e função própria (II 1, 1219a40), são introduzidas várias hipóteses que parecem um tanto estranhas à investigação (II 1, 1218b31-1219a19), pois não parecem ser endoxa, mas sim postulados, sendo assim aparentemente discrepantes do que fora prescrito no livro anterior. Allan defende a tese de que é possível utilizar as hipóteses como premissas de uma perfeita dedução conforme o método Euclidiano e que o filósofo teria abandonado tal método na *Ethica Nicomachea*. No entanto, se tomarmos o procedimento prescrito no livro I, parecerá que Aristóteles prescreveu algo no livro I e, no entanto, utilizou-se de outro procedimento, como mais adequado à investigação, no livro II, próximo do método Euclidiano.

Nossa hipótese de trabalho concentrar-se-á em considerar a prescrição metodológica de I 6 e sua relação com a tese do método quasi-matemático de Allan, que visa aproximar Aristóteles de um modelo Euclidiano, e as objeções de Karbowisk a Allan, bem como sua tese de que é possível tratar o livro II de acordo com a prescrição de I 6, passando sempre das opiniões e definições mais vagas às mais precisas.

Palavras-chave: Aristóteles; Ética Antiga; Método

A QUESTÃO DA EXISTÊNCIA DE DEUS EM EDITH STEIN

Rafael Carneiro Rocha

Há fontes em nossa consciência e na experiência imediata que nos aproximam da ideia de um ser supra-temporal e necessário que sustenta a vida do eu. Esse é o ponto de partida fenomenológico que Edith Stein se vale para elaborar sua demonstração a favor da existência de Deus, cuja argumentação também toma como elementos de apoio os conceitos de necessidade e de possibilidade da terceira via tomista, de maneira que a sustentação do meu ser só pode ser um ser que não é algum ser recebido. Contudo, proponho ainda que Edith Stein enfatiza sua argumentação filosófica favorável à existência de Deus por meio de uma “atitude de confiança”, caracterizada por um tipo de assentimento em que a adesão interior é ainda mais intensa do que o assentimento pelas vias fenomênica e metafísica.

Palavras-chave: Deus; Método fenomenológico; Realismo metafísico; Edith Stein.